

RIO MADEIRA: FONASC DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS TRANSFROTEIRIÇO- CTGRHT, DISCUTIA GESTÃO DAS ÁGUAS DO RIO

Participação do FONASC- na 60º e 61º reunião do CTGRHT - Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços

Fizeram-se presentes na 60º e 61º reunião da CTGRHT/CNRH(Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ocorridas nos dias 5 de Maio e 19 e 20 de Agosto de 2013, em Brasília, Daniel Cenci e João Clímaco, representantes do FONASC. OS mesmos informaram que na 60º reunião houveram poucas discussões sobre políticas para os Recursos Hídricos Transfronteiriços em geral, sendo que foi enfatizada mais uma discussão, que foi da problemática do Rio Madeira no norte do país, no qual o Ministério dos Transportes defende a sua utilização como via fluvial, que causaria fortes impactos econômicos na região. O Ministério do Meio Ambiente-MMA, tem manifestado preocupação com a questão. Os países vizinhos, Bolívia e Peru, discutem prioritariamente a possibilidade do transporte fluvial e não há acordo político sobre o qual se possa vislumbrar acordos multilaterais ou bilaterais. As comunidades ribeirinhas, as que mais serão impactadas com as futuras decisões, por sua vez, não foram ouvidas suficientemente. Situação que requeria consultas públicas para tratar do tema com as populações.

O representante do Ministério do Transporte, Sr. Alexandre Vaz Sampaio, informou ao Presidente do CTGRHT, Sr Paulino Franco de Carvalho que está pronto o termo de referência, só faltando oportunidade de se reunir com a ANA e o Ministério de Minas e Energia para as discussões dos objetivos já definidos: a proposta de criação do CBH-Rio Madeira; dados meteorológicos nas nascentes do Rio Madeira, Peru-Brasil-Bolívia. O Presidente Paulino sugeriu que essa reunião ocorra o mais breve possível para se poder unificar a posição do Poder Executivo, posteriormente apresentando uma sugestão para

deliberação da CTGHRT. O representante do Ministério dos Transportes informou que vai aguardar a reunião para depois encaminhar os resultados aos membros da Câmara. No final da reunião, o representante do FUNASC João Clímaco ressaltou a importância da Oficina e sugeriu que os membros do GT procurem se dedicar mais as demandas apresentadas nas prioridades do CNRH, bem como, nas demandas solicitadas por outros Órgãos e entidades, para que tenha a resolutividade na elaboração de resoluções e moções.

Na 61ª Reunião da CTGRHT, ocorrido em conjunto com Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS, nos dias 19 e 20, foi feita a eleição do Presidente da Câmara Técnica Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços, sendo reeleito Sr. Paulino Franco de Carvalho para mais pleito junto a Câmara.

Após a eleição, o Grupo de Trabalho formado para organizar as “Diretrizes para a Gestão de Recursos Hídricos em Áreas de Fronteira”, apresentou relatório preliminar, mostrando uma pré-proposta de resolução que Estabelece Diretrizes Gerais para a Implementação do Programa Estratégico de Ação do Sistema Aquífero Guarani, sendo que a mesma que seja uma Resolução Conjunta CTGRHT-CTAS. Logo, nos debates sobre o tema, tendo muitos revezes, pois a proposta seria para encaminhamento de acordo entre os países (Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai), cuja incidência do Aquífero Guarani é direta. Porém, as medidas impostas ao Paraguai, pela forma como destituiu seu Presidente da República, ocorrendo sua suspensão do Mercosul, ocasionou um mal estar. O novo governo do Paraguai está se organizando para a retomada dos acordos bilaterais, incluindo a proteção efetiva e conjunta ao Aquífero.

Nessa reunião dois painéis tratando do tema das águas internacionais e o Direito Nacional, foram apresentados pelo Dra. Pilar C. Villar – Professora da Universidade de São Paulo - USP, sendo “ Busca pela Governança dos Aquíferos Transfronteiriços e o Caso do Aquífero Guarani”; e “ Hidropolítica e Segurança: as bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada”, apresentado pelo Dr. Fábio Albergaria de Queiroz - Professor da Universidade Católica de Brasília.

No final da reunião houve apresentação das Prioridades do CNRH/CTGRHT para 2012-2015 e atualização do calendário de reuniões da CT (Secretaria Executiva do CNRH).

Estimados parceiros

Repasso algumas informações e avaliações sobre o andamento das atividades da CTGRHT/CNRH, da qual faço parte na condição de representante da Sociedade Civil – Organizações Não-Governamentais.

Estive presente nas reuniões número 60 e 61.

Na primeira aconteceram poucos debates sobre a política para os Recursos Hídricos Transfronteiriços. Basicamente enfrentou-se o problema de usos do Rio Madeira, pois enquanto o Ministério dos Transportes defende a sua utilização como via fluvial, sem a qual a região sofreria fortes impactos econômicos, o MMA, tem manifestado preocupação com o tema. Entretanto os países vizinhos, Bolívia e Peru, tem dado prioridade a possibilidade do transporte e não há acordo político sobre o qual se possa vislumbrar acordos multilaterais ou bilaterais. Segue o debate na região. Quanto a este tema, as comunidades ribeirinhas não foram ouvidas suficientemente, tendo ensejado manifestações sobre a importância e necessidade de realizar consultas públicas para tratar do tema.

Foi informado pelo (MTrans) ao presidente Paulino que o termo de referencia está pronto, mas que não teve oportunidade de se reunir com a ANA e o Ministério de Minas e Energia, no entanto, adiantou que são objetivos já definidos: a proposta de criação do CBH-Rio Madeira; dados meteorológicos nas nascentes do Rio Madeira, Peru-Brasil-Bolívia; O presidente Paulino sugerem que a reunião ocorra para que se possa unificar a posição do Poder Executivo, e após apresentem uma sugestão para deliberação da CTGRHT. O representante do Ministério dos Transportes informou que vai aguardar a reunião para depois encaminhar os resultados aos membros da Câmara.

Demais encaminhamentos administrativos sobre a Presidência, com a troca do titular, acontecendo automaticamente a substituição da presidência.

A 61ª Reunião da Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT, aconteceu de forma conjunta com Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS.

Desenvolveu-se a seguinte agenda:

Item 1 – Abertura;

Item 2 – Leitura da pauta e informes;

Item 3 – Eleição do Presidente da CTGRHT;

Item 4 – Informe do Grupo de Trabalho sobre “Diretrizes para a Gestão de Recursos Hídricos em Áreas de Fronteira” – relatório preliminar da oficina de trabalho

Item 5 – Apresentação das Prioridades do CNRH/CTGRHT para 2012-2015/atualização do calendário de reuniões da CT (Secretaria Executiva do CNRH).

O informe do Grupo de Trabalho sobre “Diretrizes para a Gestão de Recursos Hídricos em Áreas de Fronteira”, consistiu na elaboração de uma pré-*PROPOSTA DE RESOLUÇÃO* que

Estabelece Diretrizes Gerais para a Implementação do Programa Estratégico de Ação do Sistema Aquífero Guarani. O propósito que seja uma Resolução Conjunta CTGRHT-CTAS.

Aconteceram longos debates sobre o tema, tendo porém, vários revezes, pois a proposta seria para encaminhamento de acordo entre os países cuja incidência do Aquífero Guarani e direta, ou seja, Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai.

Acontece que com as medidas impostas ao Paraguai, pela forma como destituiu seu Presidente da República, sendo suspensa sua participação no Mercosul, ocasionou um mal estar e atualmente, com o novo governo, está em tratativas para retomada dos acordos bilaterais que signifiquem proteção efetiva e conjunta ao Aquífero.

Contou-se com a apresentação de dois painéis tratando do tema das águas internacionais e o Direito Nacional, sendo:

- Busca pela Governança dos Aquíferos Transfronteiriços e o Caso do Aquífero Guarani.
Palestrante: Dra. Pilar C. Villar – Professora da Universidade de São Paulo - USP Leste;

- Hidropolítica e Segurança: as bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada.
Palestrante: Dr. Fábio Albergaria de Queiroz - Professor da Universidade Católica de Brasília;

Comentários: as atividades das comissões merecem um questionamento mais profundo, é tão eventual, pontual e fragmentado o debate, que mal se pode ter a visão do conjunto das políticas de Recursos Hídricos;

Ao mesmo tempo se percebe que não há uma decisão clara de nível político pela priorização da proteção à água;

Os interesses econômicos e comerciais são muito fortes e acabam sempre justificando a protelação das decisões pois há pendências para resolver em outras esferas da política latino-americana;

As questões ambientais não tem consenso nem mesmo dos ministérios quanto às prioridades e no debate ficam evidentes divergências entre os ministérios implicados;

Cabe ao movimento social construir maior aproximação com os temas para, quem sabe, poder contribuir qualitativamente com o debate, ou demarcar diferenças do entendimento, especialmente nos encaminhamentos que não ouvem as comunidades e seque se tem o impacto produzido pelas políticas propostas.